



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 78/ 2024

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar, que *“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024, que reestrutura a Agência Reguladora dos Serviços Públicos (ARPV) do Município de Porto Velho e dá outras providências”*.

A nova redação proposta aos dispositivos constantes no corpo da mencionada Lei Complementar Municipal visa permitir a imediata implantação da Controladoria Interna da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Porto Velho (ARPV) que, em razão da importância de sua atuação, necessita de maiores critérios de governança e autonomia de forma imediata, preservando-se a identidade e a independência necessárias para o efetivo exercício das atribuições que lhe foram legalmente conferidas.

Por oportuno, atento às limitações relativas ao último ano de nosso mandato eletivo, insculpidas principalmente na Lei Complementar federal nº 101/2000, tomamos o cuidado de certificar a completa ausência de impacto financeiro na proposta objeto da presente mensagem, já que o impacto estava previsto para o preenchimento do cargo pela via do concurso público e permanece o mesmo, apesar de alterada a forma de ingresso nos quadros funcionais da Agência Reguladora. Essa circunstância é certificada, ainda, por declaração expressa do ordenador da despesa, devidamente embasada em planilha de custos elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira da Autarquia Especial, constante do processo administrativo respectivo.

Em resumo, a proposta legislativa em análise que transforma o cargo de Controlador, atualmente empregado público, em um cargo em comissão. Tal mudança não implicará em acréscimo nos gastos públicos, uma vez que a remuneração do cargo se mantém inalterada. A nova redação, embora diferente da anterior, que fixava expressamente o valor em R\$ 8.886,36, estabelece agora que o valor será equivalente a 39% do salário do Presidente da Agência, o que corresponde a valor monetário abaixo do antes previsto.

Por meio do presente projeto, busca-se, ainda, corrigir uma atipicidade existente na atual legislação, relativa ao direcionamento das receitas conferidas à ARPV em razão do exercício de suas funções legalmente atribuídas que, por óbvio, lhe pertencem.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de lei complementar em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 1º de novembro de 2024.

(assinado digitalmente)

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROTOCOLO
Gerência das Comissões
Projeto de Lei Complementar nº 1350/2024

DATA: 04/11/2024

HORA: 10h

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024, que Reestrutura a Agência Reguladora dos Serviços Públicos (ARPV) do Município de Porto Velho e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. (...)

(...)

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Prefeito, para mandato de 4 (quatro) anos, e atuará no recebimento, processamento e provimento das reclamações, denúncias e sugestões dos usuários, relacionadas com a prestação dos serviços regulados. **(NR)**

(...)

§ 6º Em razão do seu mandato, aplica-se ao cargo de Ouvidor o disposto na presente Lei Complementar quanto aos requisitos, condições e especificidades relativos à Diretoria Colegiada, bem como o disposto no Art. 13 da presente Lei Complementar. **(NR)**

(...)

Art. 30. O Controle Interno da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV, é uma unidade organizacional que responde diretamente ao Presidente, exercendo as atividades de nível superior de planejamento, supervisão, coordenação e execução especializada, bem como a execução de trabalhos relativos à administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria administrativa, financeira e contábil, compreendendo retrospecto, análise, registro e perícia contábeis, competindo ao controlador: **(NR)**

(...)

§ 1º O Controlador será nomeado pelo Prefeito, para mandato de 4 (quatro) anos, e atuará no planejamento, supervisão, coordenação e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

execução especializada de trabalhos relativos à administração financeira, patrimonial, contabilidade e auditorias. **(AC)**

§ 2º Em razão do seu mandato, aplica-se ao cargo de Controlador o disposto na presente Lei Complementar quanto aos requisitos, condições e especificidades relativos à Diretoria Colegiada, bem como o disposto no Art. 13 e Art. 28, § 4º, da presente Lei Complementar. **(AC)**

(...)

Art. 42. O ingresso nas carreiras de Analista de Regulação em Serviços Públicos, Agente de Fiscalização em Serviços Públicos e Técnicos de Regulação em Serviços Públicos far-se-á sempre na classe inicial, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, em que serão verificadas as qualificações essenciais para o desempenho das atividades que lhe são próprias, obedecidos aos seguintes requisitos: **(NR)**

(...)

Art. 55. Constituem receitas da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV os valores pagos à título de regulação e fiscalização (TRCF) e dela decorrentes, dentre outras fontes de recursos: **(NR)''**

Art. 2º O Anexo I – Quadro de Pessoal dos Empregados Públicos, da Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024, passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º O Anexo II – Quadro de Pessoal dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024, passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Revoga-se o inciso IV do Art. 38 e o inciso IV do Art. 42 da Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

ANEXO I

(Anexo I à Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024)

QUADRO DE PESSOAL Quadro dos Empregos Públicos

Emprego	Qtde	Forma de Provimento e Requisitos	Carga Horária	Remuneração	Atribuições
Analista de Regulação em Serviços Públicos	08	Concurso público de provas ou de provas e títulos, com formação completa em nível superior ou habilitação profissional legal correspondente, de acordo com a área de atuação	40 horas semanais	R\$ 7.775,57	Conforme artigo 38, parágrafo único e art. 39, desta Lei Complementar
Agente de Fiscalização em Serviços Públicos	10	Concurso público de provas ou de provas e títulos, com formação completa em nível superior ou habilitação profissional legal correspondente, de acordo com a área de atuação	40 horas semanais	R\$ 5.982,93	Conforme artigo 38, parágrafo único e art. 40, desta Lei Complementar
Técnicos de Regulação em Serviços Públicos	08	Concurso público de provas ou de provas e títulos, com formação completa em nível superior	40 horas semanais	R\$ 6.664,77	Conforme artigo 41, parágrafo único e art. 39, desta Lei Complementar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

ANEXO II

(Anexo II à Lei Complementar nº 985, de 04 de abril de 2024)

QUADRO DE PESSOAL Quadro dos Cargos em Comissão

x

Cargo	Qtde	Forma de Provimento e Requisitos	Carga Horária	Remuneração	Atribuições
Presidente	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	R\$ 22.215,90	Conforme artigo 15, desta Lei Complementar
Vice-Presidente	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	R\$ 21.158,42	Conforme artigo 15, desta Lei Complementar
Diretor Administrativo e Financeiro	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	75% do salário do Presidente	Conforme artigo 16, desta Lei Complementar
Diretor Jurídico	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, dentre portadores de habilitação em Direito, inscrito na OAB/RO, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	75% do salário do Presidente	Conforme artigo 18, desta Lei Complementar
Diretor de Regulação Econômica e Tarifária	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	75% do salário do Presidente	Conforme artigo 19, desta Lei Complementar
Diretor Técnico e Operacional	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	75% do salário do Presidente	Conforme artigo 17, desta Lei Complementar
Ouvidor	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.	40 horas semanais	40% do salário do Presidente	Conforme artigo 28, desta Lei Complementar
Controlador	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar	40 horas semanais	39% do salário do Presidente	Conforme artigo 30 desta Lei Complementar
Secretário(a) Executivo(a)	1	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Prefeito, observados os	40 horas semanais	22% do salário do Presidente	Conforme artigo 29, desta Lei Complementar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Cargo	Qtde	Forma de Provimento e Requisitos	Carga Horária	Remuneração	Atribuições
		requisitos previstos no artigo 13, desta Lei Complementar.			
Assessor I	04	Livre provimento em comissão, nomeado pelo Presidente, exigida formação de nível superior	40 horas semanais	15% do salário do Presidente	Assessorar a diretoria em assuntos de sua atribuição, respeitando sua área de atuação, prestando informações, emitindo pareceres, compilando e analisando dados; prestar atendimento ao público; organizar a interlocução entre a Agência e a sociedade civil; assessorar em outras atividades afins, legais delegadas, conforme determinação do superior hierárquico



Assinado por **Hildon De Lima Chaves** - Prefeito do Município de Porto Velho - Em: 01/11/2024, 12:21:02